

# GUANO E BURGUESIA NACIONAL NO PERU: 1840-1880.

---

*JANUARIO FRANCISCO MEGALE*  
da Faculdade de Economia e Administração da Uni-  
versidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO.

Nosso objetivo neste pequeno estudo é mostrar a sociedade peruana na época do guano em sua composição de classes e estrutura de poder. Procuramos descrever e analisar o surto do guano e suas consequências para a economia e política peruanas.

Reconhecemos de antemão nossa limitação sobre o tema, o que torna este estudo um tanto geral, não precisando este ou aquele ponto relevante para uma análise histórico-estrutural do referido período.

\* \* \*

### 1. — BREVE HISTÓRICO.

A diferença de temperatura da Corrente de Humboldt, no Oceano Pacífico, favorece a proliferação de peixes na região costeira do Peru, atraídos pela abundância de algas e nutrientes marinhos. Daí o bando de aves, e o guano acumulado desde tempos remotos, como fertilizante proveniente dos excrementos destas aves. A ausência de chuvas e o ar seco conservam o nitrogênio, enriquecendo seu valor como fertilizante. Usado já pelos Incas, o guano surgiu no mercado mundial numa época em que a agricultura européia gozava de forte estímulo para o aumento da produção, através da mecanização e da crescente demanda pelos centros urbanos em expansão.

“O guano tornou-se o grande, o único recurso do tesouro.” . .  
“Pontes, aquedutos, portos, compra de navios de guerra, prolon-

gamento do cais de Callao, calçamento de Lima, a primeira estrada de ferro da América do Sul. O guano permitiu ao Estado pagar as dívidas, criar os primeiros orçamentos regulares, consolidar e amortizar empréstimos estrangeiros, conferindo a faculdade, tão perigosa para os países novos como para os filhos pródigos, de emprestar indefinidamente." . . . "O Perú pode persistir acumulando dívidas e déficits, os guaianos pagarão" (FAIVRE, 1959 págs. 131 e segs.).

O Perú teve na exportação do guano sua característica marcante de economia de exportação. Assim, entrou no mercado internacional de maneira repentina, partindo direto de uma economia pré-mercantil e de subsistência. A sociedade peruana ainda era predominantemente uma sociedade que não privilegiava o econômico, sendo a grande maioria de sua população regida por uma estrutura de parentesco, onde a tradição e os valores culturais do antigo Império Inca ainda vigoravam. Os fatores de produção (trabalho, capital e iniciativa empresarial) não podiam surgir no país, eram antes, respostas à situação do mercado europeu. Permanecia o país ainda subordinado, mesmo com a Independência — 1821 —. Esta subordinação à economia externa era seguida pela subordinação interna da maioria da população a uma minoria de *terratenientes* e caudilhos locais surgidos durante a colônia, e fortalecidos nas guerras da Independência. Ausência de mercado interno e concentração de capital num grupo muito pequeno, etnicamente distinto, que era responsável pela importação de bens supérfluos. Dependência de flutuação de volume e preço do exterior, tendo seus efeitos diretos sobre os concessionários do guano e sobre a economia de exportação como um todo. Fraca economia monetária. Eis o Perú como uma economia de exportação típica. (LEVIN, 1964, págs. 5 e segs.).

Neste quadro geral da economia peruana surgiu o período do guano, onde

“a fortuna de um grupo inteiramente novo, e que passará a disputar a liderança política dos caudilhos militares emerge com a exploração do guano” (BONILLA, 1972 pág. 322).

A conjuntura do comércio exterior é a matriz dentro da qual se enquadra a economia peruana.

Carente dos fatores de produção, o Perú trouxe de fora o capital, a mão-de-obra e a iniciativa empresarial. O capital investido nas minas e *haciendas* da região costeira era reinvestido nestas. Em 1840 no Perú só havia moedas de ouro e prata e não se cogitava na emissão de papel

moeda. Não havia bancos comerciais nem mercado interno que proporcionasse poupança.

De aproximadamente dois milhões de habitantes, 60% eram índios e obrigados a pagar tributos como indígenas, vivendo em economia de subsistência. A região costeira abrigava 25.000 escravos negros, população insuficiente para a lavoura do algodão e açúcar devido a ausência de técnicas. Índios nas montanhas, escravos nas *haciendas*, proletários e europeus nas cidades — não havia assim mão-de-obra para a indústria do guano. Daí a importação dos *coolies* chineses. De 1849 a 1874, 90.000 cúlís entraram no Perú, devido a algumas causas chinesas (excesso de população na China do Sul, repressão e matança pelos Taipings) e outras peruanas (economia do guano em plena expansão e inadequação de outra mão-de-obra quase servil). (STEWART, 1951 apud P. Chaunu, 1954).

A iniciativa empresarial também era ausente no Perú.

“O que existia no Perú de 1840 era um feudalismo econômico unido ao centralismo político da Espanha metropolitana” (LEVIN, 1964 pág., 46).

Alem da ausência destes três a dívida peruana ascendia a . . . . .  
1.816.000 libras, como consequência da guerra da Independência.

\* \*

\*

### *O surto do guano.*

Já antes de 1840 houve tentativas de exportar o guano. Joseph William Myers, comerciante de Liverpool, usou experimentalmente o guano importado. Aquilles Allier, francês residente do Perú, tentou em vão interessar comerciantes europeus no guano. O peruano Francisco Quiroz, em 1822 foi à Europa conseguir capital para explorar o guano. Sem consegui-lo, explorou o adubo em pequena escala, ligando-se mais tarde a J. W. Myers que trouxe tanto o capital como a direção. Quiroz conseguiu assim em 1840, a concessão para exportar o guano junto com Myers, adiantando ao governo somas significativas, o que saldava dívidas do tesouro e iniciava a formação de pequeno grupo burocrático em Lima. Em 1850, é criada a Sociedade Consignatária do guano, dando a um grupo de peruanos o poder de exportar. Para a formação do capital necessário, os governos de Echenique e Castilla fizeram a consolidação da dívida nacional, dando a esta elite peruana a grande vantagem de ter o monopólio do guano para determinados

países. Os bonus da dívida foram vendidos no mercado londrino com o guano aumentando em volume exportado.

“No espaço de poucos anos, formou-se na sociedade limenha uma nova classe de capitalistas enriquecidos, sobretudo pelos bonus consolidados e pela indústria do guano, e esta classe substituiu a antiga nobreza genealógica e colonial, e se impôs assim um novo materialismo capitalista sobre o militarismo burocrático do passado” (LEVIN, 1964 pág. 93).

Em 1869 estando na presidência o coronel José Balta e sendo Piérola o ministro da Fazenda, foi feito o contrato Dreyfus, excluindo os peruanos da concessão, e dando esta ao grupo francês, em troca do pagamento antecipado e inúmeras vantagens para a calamitosa economia peruana. Surge então a “febre ferroviária”.

“No fim de 1871 havia 7 contratos oficiais para construir 1.670 km. de vias férreas com um custo total de 118.959.000 soles. Com máquinas norte-americanas, com 6.000 culis chineses, vários milhares de bolivianos e chilenos e sua boa dose de empresários de espetáculos, Meiggs se pôs a construir as estradas de ferro peruanas, algumas das quais cruzavam os Andes em meio a nuvens e eram as de maior altitude em todo o mundo” (LEVIN, 1964, págs. 111 e 112).

A “conversão do guano em trilhos” foi o tema do governo de Balta.

A concessão do guano a Dreyfus descontentou os comerciantes de Lima, até então acumuladores de lucros, vivendo com todo o luxo na capital. Nascia assim o movimento civilista: posição dos antigos consignatários, filhos do país ou elite ociosa que se formou como burguesia financeira a custa do próprio Estado. Assume depois a presidência Manuel Pardo, 1º presidente civil do Perú, que manteve em parte o contrato com Dreyfus devido ao endividamento crescente do Tesouro, ao fracasso da elite nacional e a própria dependência financeira do Estado ao grupo Dreyfus.

O guano estava se esgotando, quando os peruanos voltaram os olhos para o nitrato no sul do país, no deserto de Tarapaca. Surge então a Guerra do Pacífico (1879-1884) com a derrota do Perú e Bolívia, que perderam suas terras de nitrato para o Chile.

\* \* \*

\*

## 2. — GUANO E BURGUESIA NO PERÚ.

### 2.1. — *Conceito de burguesia.*

Tomamos aqui o conceito de burguesia como uma classe social que se caracteriza pelo antagonismo com as demais classes sociais, tendo como critérios de sua diferenciação: propriedade dos meios de produção, ideologia própria que emerge como ideologia dominante, consciência de classe, que vai gerar o antagonismo de interesses com as demais classes. A vinculação da classe burguesa com o Estado ou com o sistema capitalista hegemônico está em função da própria situação ou posição deste Estado face ao capitalismo mundial. No caso peruano, a burguesia e o Estado viviam em simbiose, dependentes ambos do capitalismo hegemônico britânico.

Podemos admitir burguesia como classe somente quando esta se coloca em oposição a outra, da qual capitaliza a mais valia. Este é o conceito clássico marxista. Só existe burguesia quando esta detem os meios de produção, e através do salário amplia seu capital acumulando mais valia.

Se este é o conceito inicial marxista, é também marxista a assunção da burguesia como classe dominante, vinculada ao Estado, detentora da ideologia dominante e antagonista aos interesses que contrariam sua posição de dominação sobre as demais classes. O antagonismo de interesses e a consciência deste são elementos indispensáveis para o entendimento da *praxis* em que emergem e onde desenvolvem sua integração social. No “Manifesto Comunista” Marx trabalha com as categorias de classe, burguesia, proletariado e luta de classes, não como categorias abstratas, mas tomadas em situações histórico-sociais. Ou melhor, toma estes categorias em abstrato, mas partindo de situações reais. O conceito provem da realidade,

“pois a realidade pré-existe à ideologia e os homens entram em relações entre si antes de tentarem compreender estas relações” (BETTELHEIM, 1948 pág. 120).

No “18 Brumário” Marx parte também de condições históricas concretas percebendo as classes dentro de situações econômicas e políticas da sociedade que analisa. Assim procede também em “As lutas de classes na França”.

Tomamos aqui classe burguesa como aquela que se vincula ao Estado cuja ideologia é a desta classe, que detem os meios de produção da sociedade e manifesta sua posição de antagonismo sempre que, seja na ideologia, seja na vida prática, sua posição de liderança é ameaçada.

Aceitamos como detenção de meios de produção tanto a empresa que capitaliza mais valia dos trabalhadores, como a posição de mera detentora do capital investido ou dos agentes financeiros, vivendo assim de juros e outras rendas não ligadas diretamente à mais valia de salários de trabalhadores. Esta segunda posição não é muito ortodoxa, mas é também marxista na medida em que coloca oposta ao proletariado toda outra classe ligada ao sistema de produção que não seja a classe trabalhadora.

\*

## 2.2. — *A concessão do guano e formação da burguesia.*

Com a entrega da concessão do guano por Castilla a um grupo de comerciantes nacionais, o Perú teve a oportunidade de formar e consolidar uma burguesia nacional. Em que medida esta classe beneficiária do guano se forma como burguesia e que papel tem ela e o Estado durante o período do guano?

Favorecido pelos bonus da dívida interna, este grupo de *hijos del país* inicia a acumulação de capital em empréstimos ao governo num comércio meramente especulativo. Quando investe parte deste capital na agricultura do algodão e do açúcar da região costeira é para tirar renda de uma

“mão-de-obra assalariada não capitalista, submetendo-se às exigências do mercado internacional que escapa ao seu controle” (BONILLA, 1974 pág. 44).

Vivendo das rendas dos empréstimos ao governo e sendo esta renda proveniente da exportação do guano, ambos — governo e classe dos consignatários — dependem do mercado internacional e das injunções externas para poderem manter seus interesses.

Temos aqui duas posições referentes a esta classe nacional favorecida pela consignação do guano (Oliveira, 1974 e Bonilla 1974). Os dois estudos sobre esta classe no Perú analisam a sociedade peruana, centrando seu interesse nesta classe burguesa que se forma no país com o período do guano.

Assim, Francisco de Oliveira aceita esta nova classe como burguesa:

“A burguesia emerge como a classe social mediadora entre as necessidades de matéria prima do capitalismo europeu em ascensão e a existência desses recursos em solo peruano devido a que a localização geográfica das novas produções já não é mais

a serra, e sim o litoral ou, a costa, como é mais comumente denominada no Perú”. (Oliveira, 1974 pág. 66). “Parte dessa formidável massa de recursos foi retida no Perú, formando os fundos de acumulação da burguesia nativa” (*Ibid.* pág. 67).

O autor não vê nenhuma reticência em aceitar como classe burguesa este grupo nacional que acumulava capital decorrente de rendas e não da exploração da mais valia exaurida da força de trabalho pelo salário. Este grupo se consolida como uma elite econômica, sendo mais tarde a base do civilismo, quando contrariada em seus interesses pelo Contrato Dreyfus e elegerá seu primeiro presidente civil em 1872 — Manuel Pardo.

“Não há nenhuma contradição entre a aparência de precedência, de fundação do *Estado* em relação à emergência de uma *burguesia* peruana; esta contradição haveria se tomássemos o fenômeno ao nível apenas do espaço sócio-econômico peruano, mas desaparece se olharmos o contexto das relações internacionais em que ela se fundamenta” (pág. 65).

Percebemos aqui a consciente tomada de posição do Estado em formar uma burguesia nacional.

“Esta política explícita de capitalizar para uma fração burguesa se iniciou com Castilla em 1849” (Castillo, 1972 pág. 67).

Sendo um Estado liberal, — pelo menos formalmente e pela Constituição — e tendo sua independência política formal, em plena crise interna entre grupos caudilhescos, o Estado, liderado desde a Independência por militares, procura forjar uma classe elitista que o secunde e lhe dê a base real de sustentação dentro do país. Assim, aceita esta tentativa, frustrada em parte, da formação de uma burguesia nacional — burguesia que se firma como tal na medida em que deixa de ser nacional, vinculando-se mais e mais ao capital britânico, como aliás o próprio Estado peruano.

A outra posição, de Bonilla, não admite ser esta classe rentista uma burguesia nacional. Primeiro, por não ser exploradora de mais-valia, especulando juros de seus empréstimos ao governo. Segundo, por ser cada vez menos nacional na medida em que se torna cada vez mais dependente do exterior.

Por sua atividade — o comércio especulativo e pela dimensão e natureza do círculo mercantil-financeiro do guano, (a burguesia enriquecida pelo guano) é constitutivamente um grupo

intermediário, umbilicalmente dependente de Londres” (Castillo, 1972 pág. 76). “Longe de constituir uma burguesia nacional, ao substituir os comerciantes estrangeiros na consignação do adubo nas ilhas, no fundo mantém vigente o processo de descapitalização do país” (Bonilla, pág. 76). “A burguesia é aquela classe que funda seu domínio na apropriação da mais valia gerada pelos trabalhadores. E não de qualquer tipo de trabalhador, mas, especificamente daquela cuja força de trabalho se converteu numa mercadoria susceptível de transação dentro de um mercado livre de mão-de-obra. Em outras palavras, a consolidação da burguesia supõe a proletarização de uma fração importante dos produtores diretos, através da perda de seus meios de produção. Este não foi o caso dos consignatários nacionais. Estes se dedicaram fundamentalmente ao meio comércio especulativo” (Bonilla, 1974 págs. 43 e 44).

Para Bonilla, o Estado não criou uma burguesia nacional, mas um grupo elitista que o explorava e que se afastava mais e mais de seu objetivo primordial; ter uma classe nacional de sustentação social e amparo à economia peruana sempre deficitária.

A questão de se chamar de burguesia a esta classe de comerciantes não é tanto o problema principal da época do guano. Há razões que justificam ambas as posições. O importante a reter é que este grupo se firmou como classe, e foi nesta consciência de classe, que conseguiu, através do Civilismo, eleger o 1º presidente civil do Perú, muito embora tão ligada e dependente do capital britânico como o próprio Estado, durante todo o período do guano. O importante a reter é que os antigos *terratenientes* e *caudillos* locais perderam suas posições de destaque face a esta nova classe, que, depois do guano, abandonou todas as “veleidades nacionalistas”, surgindo como

“classe burguesa, nutrida e sustentada por sua permanente e estreita subordinação ao capitalismo internacional. Esta será cada vez mais burguesa na condição de ser cada vez menos nacional” (Bonilla, 1974).

\*

### 2.3. — *Consequências do guano para a economia peruana.*

Segundo Levin, a renda do guano foi em grande parte, para o governo, outra parte aos consignatários peruanos além da parte destinada aos empresários europeus. O desembolso pelo governo dos recursos do guano serviu para liberar escravos, firmar a posição de dependência da Igreja ao Estado, sufragar guerras menores e pagar dívida da

guerra da Independência aos detentores de títulos da dívida. Outra parte se destinou a suprir os impostos abolidos. Mas antes de 1868 a maior parte da renda do guano foi usada pelo governo para favorecer interesses particulares dos que estavam no poder. O poder político no Perú não se apoiava nas massas populares, mas em umas poucas pessoas (na maioria descendentes de europeus) que se concentravam em Lima.

Consignatários estrangeiros e peruanos, mercadores de cúlis, os próprios cúlis, peruanos influentes que se beneficiaram com a consolidação das dívidas. A população que se viu livre da carga tributária, os militares, os funcionários e os pensionistas do Estado: eis o destino da renda do guano. Foi entretanto, a

“pequena classe dos capitalistas de Lima que, por meio dos contratos de consignação e outras transações com o governo, recebeu a parte mais importante dos recursos do guano dentro do país e foram os gastos deste grupo que tiveram impacto sobre o desenvolvimento do país” (Levin, 1964 pág. 129).

Os investimentos foram para a própria indústria guaneira, para o cultivo do algodão, para a indústria do nitrato no deserto, para o açúcar que teve certa prosperidade entre 1865 e 1875. As estradas de ferro serviram mais para a exportação do que para a própria economia interna em si, servindo como base ao renascimento da indústria mineira e para o crescimento da produção de açúcar e algodão no século XX (Levin, 1964, págs. 135 e 136).

O aumento das importações foi devido ao pequeno grupo de residentes em Lima, enriquecido com o guano, e demasiado pequeno para criar uma indústria nacional lucrativa.

Depois da guerra do Pacífico, a reabilitação da indústria açucareira recebeu parte do capital acumulado com o guano, capital este sobrepujado por capitais estrangeiros (ingleses, alemães e norte-americanos).

A abertura e a febre das estradas de ferro foram uma reação à corrupção dos consignatários do guano, como a entrega da concessão a Dreyfus. Estas ferrovias favoreceram a economia peruana devido ao próprio relevo do país, mas serviu mais ainda ao posterior grupo exportador. Assim

“na década de 1890, resolvida a guerra do Pacífico e paga sua dívida, o Perú tinha um sistema ferroviário de propriedade estrangeira, uma indústria açucareira na costa, uma classe social

urbana mais pobre, mas mais empreendedora, um sistema tributário em ruínas e uma circulação inflacionada de papel-moeda” (Levin pág. 136).

\* \* \*

### 3. — ESTADO E POSIÇÃO CONTRADITÓRIA DA BURGUESIA PERUANA.

O Estado peruano, de tipo liberal, com uma Constituição republicana, calcada no modelo norte-americano, surgiu sem que houvesse no país uma classe cuja ideologia representasse a aspiração nacional. Com a imensa maioria da população alheia aos interesses políticos e pagando um tributo por ser população indígena, com o comércio nas mãos de ingleses e franceses, com pequeno grupo como elite econômica de Lima, o Estado precisava criar uma burguesia nacional como base econômica e política do Estado republicano independente desde 1821.

Contra os poderes parciais, e rivais entre si, dos chefes locais e caudilhos, aparecem com o guano o “liberalismo *criollo*” e o “civilismo”. Desperdiçados os recursos do guano em guerras internas (1854: 13 milhões de pesos e 1856: 41 milhões), a estagnação econômica do Perú não foi efeito apenas de sua dependência ao capitalismo hegemônico britânico, mas também da ação de fatores econômicos e sociais inerentes a própria estrutura interna do Perú, cuja ação dependia diretamente da posição específica ocupada pela economia peruana na economia internacional da época. Assim a inexistência de um mercado interno e a peculiar natureza da elite econômica nacional que não

“encontrou o incentivo do mercado e que optou por uma aliança tácita com os beneficiários da antiga ordem colonial ante o temor das classes populares”

foram responsáveis pela instabilidade política do Estado e pelo desperdício dos recursos do guano (Bonilla, 1974, pág. 156).

O fracasso da elite econômica peruana teve no Contrato Dreyfus o

“mais severo golpe ao grupo comerciante, que então pagará um preço alto por sua miopia e esbanjamento, assim como por não ter estruturado um sistema institucional de poder” (Castillo, 1972 pág. 85).

A miopia desta burguesia em não perceber o empenho do Estado em fazer dela o sustentáculo econômico e político do Estado pe-

ruano, dando-lhe oportunidade para se institucionalizar-se como burguesia nacional e a falta de consciência política, que despertasse nela o sentimento nacionalista, aliada a própria estrutura interna nacional, fizeram com que este grupo de peruanos fosse deixado de lado face a situação econômica e social periclitante do Perú.

“O Projeto Piérola implicava fundamentalmente na entrega da exploração do guano a firmas estrangeiras, a fim de que o excedente retido no país se distribuísse — via Estado — para outras classes dominantes e inclusive dominadas” (Castillo, 1972 pág. 85).

Assim, a preocupação permanente do Estado é embora dependente do exterior, — e por isso mesmo — formar uma nação com autonomia pelo menos ao nível da consciência. A abolição da escravidão, a supressão do tributo indígena e a distribuição via Estado das rendas do guano visavam a este objetivo.

O Civilismo veio como resposta, um tanto tardia, a esta aspiração do Estado. Importando um modelo ideológico — liberalismo e democracia — a plataforma civilista propunha primordialmente a modernização das bases institucionais do país (Castillo, 1972, pág. 96 e segs.). Surge o Civilismo como

“reação ao temor deste grupo em se ver inteferido na fonte de seu extraordinário enriquecimento por forças que pugnavam na disputa deste privilégio” (Castillo, 1972 pág. 107).

Com Pardo volta a classe dirigente para formular o programa político e econômico para a modernização do país.

“Em reação a Dreyfus e aos comerciantes estrangeiros, este foi um projeto de tendência nacional burguesa” (Bonilla, 1974 págs. 168/169).

Tarde demais chegava Pardo como representante dos antigos consignatários *Hijos del país*.

“A tragédia deste homem radica no divórcio absoluto entre a natureza das bases econômicas e sociais que sustentavam sua classe e o conteúdo ideológico de sua mensagem” (Bonilla, *ibid.*, pág. 169).

Não será só problema de vontade, de idéias e projetos e sim de estrutura para se fortalecer a economia peruana. Era indispensável

um suporte econômico onde repousar um programa político. Eram indispensáveis um sólido mercado interno e um Estado realmente nacional, e não submetido a pressão externa. Pardo não encontrou estes dois elementos no país ao assumir a presidência.

A elite peruana dos consignatários, escolhida pelo Estado como burguesia nacional ao assumir a posição de classe rentista, de burguesia financeira, não atinge o objetivo de sua formação e posição na sociedade peruana. Deixa de lado sua essência para se vincular contraditoriamente ao próprio Estado formal, juridicamente independente desde 1821, mas na realidade pressionado política e economicamente pela nova metrópole — a Inglaterra. Volta mais tarde no Civilismo com um programa de modernização, com uma consciência de classe tardia, mas encontra o país em condições diferentes e piores. Pardo não consegue forjar a burguesia peruana, sobretudo se quisermos qualifica-la de nacional, de representativa de todo o país, como um projeto ou uma aspiração que possa galvanizar todas as classes sociais irmanadas pelo sentimento único de cidadania.

Isto era prematuro para o Perú onde os descendentes do antigo Império Inca formavam a maioria da população e eram aliados dos benefícios da Independência e do período do guano.

\*  
\*       \*  
\*

#### BIBLIOGRAFIA.

1. — Bettelheim (Charles) — 1948 — *Idéologie économique et réalité sociale* in “Cahiers Internationaux de Sociologie”, IV (119-134).
2. — Bonilla (Heraclio) — 1972 — *La coyuntura comercial del siglo XIX en el Peru*. “Desarrollo Económico” vol. 12. (46) (305-333).
3. — Bonilla (Heraclio) — 1974 — *Guano y burguesía en el Perú*, Lima, IEP Ediciones, 186 p. (Peru Problema 11).
4. — Bonilla (Heraclio) — 1975 — *La expansión comercial británica en el Peru*. “Desarrollo Económico” vol. 15 nº 57 abr-jun. (135-150).
5. — Cardoso (F. H.) e Faletto (E.) — 1975 — *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 3a. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 143p.
6. — Castillo (Ernesto Yepes del) — 1972 — *Peru 1820-1920. Un siglo de desarrollo capitalista*. Lima, IEP Ediciones, 367 p.
7. — Conde (Roberto Cortes) — 1974 — *Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial 1850-1930*. Buenos Aires, Paidós Ed., 204p.
8. — Faivre (Jean-Paul) — 1959 — *Le début des exportations de guano péruvien. 1841-1849* “Revue d’Histoire Économique et Sociale”, vol. XXXVII nº 1 (113-136).

9. — Levin (Jonathan V.) — 1964 — Las economías de exportación — esquema de su desarrollo en la perspectiva histórica. (trad) México, Unión Tipografica Editorial Hispano Americana, 389p.
10. — Lopes (Juarez R. B.) — 1972 — Emprego e força de trabalho no Perú. CEBRAP — Emprego e força de trabalho na América Latina. Mimeo, (103-116).
11. — Mariátegui (José Carlos) — 1975 — 7 Ensaíos de interpretação da realidade peruana (trad.) SP. Alfa-Omega, 269p.
12. — Oliveira (Francisco de) — 1974 — Para entender a revolução peruana: do modo de produção asiático à crise de 1968. in: "ESTUDOS CEBRAP 10" out-nov-dez. (57-78).
13. — Stewart (Watt) — 1951 — Chinese bondage in Pery. A history of the chinese coolie in Peru 1849-1874. Durham (N. Carolina) Duke University Press 247p. — apud resenha de Pierre Chaunu in "Revue Historique" CCXI — 1954 jan-mars (155-158).
14. — Touraine (Alain) — Movilidad social, relaciones de clase y nacionalismo en America Latina "América Latina" 8 (1) 37-45.